



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



DANILO NUNES DOS ANJOS

**A IMPORTÂNCIA DA POLÍCIA MILITAR NOS CRIMES AMBIENTAIS CONTRA
A FAUNA**

GOIÂNIA-GO

2024

DANILO NUNES DOS ANJOS

**A IMPORTÂNCIA DA POLÍCIA MILITAR NOS CRIMES AMBIENTAIS CONTRA
A FAUNA**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Daniel Bairral Moraes.

GOIÂNIA-GO

2024

A IMPORTÂNCIA DA POLÍCIA MILITAR NOS CRIMES AMBIENTAIS CONTRA A FAUNA

THE IMPORTANCE OF MILITARY POLICE IN ENVIRONMENTAL CRIMES AGAINST FAUNA

Danilo Nunes dos Anjos¹

Daniel Bairral Morais²

Resumo

O presente artigo buscou a importância da Polícia Militar no combate aos crimes ambientais contra a fauna foi o foco da análise deste artigo. Empregando uma metodologia quantitativa, a pesquisa utilizou um questionário estruturado composto por 14 perguntas fechadas. Esses questionários foram distribuídos aos policiais militares por meio de uma plataforma de mensagens, resultando em 30 respostas voluntárias. As sugestões demonstram que os esforços e intervenções da Polícia Militar desempenham um papel crucial na mitigação eficaz das infrações ambientais contra a vida selvagem. A implementação de estratégias de policiamento ostensivo em áreas críticas, aliada à realização de operações específicas de combate ao tráfico de animais silvestres e à caça ilegal, resultam em uma diminuição das ocorrências criminosas. Conclui-se que a atuação da Polícia Militar desempenha um papel crucial na proteção da fauna e na preservação. Os resultados obtidos destacam a eficácia das estratégias de policiamento ostensivo, operações específicas e na redução dos crimes ambientais contra a fauna. Portanto, é essencial continuar investindo em recursos, treinamentos e parcerias para fortalecer o trabalho da Polícia Militar na proteção do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Crimes Ambientais; Fauna; Polícia Militar; Preservação.

Abstract

This article sought the importance of the Military Police in combating environmental crimes against wildlife and was the focus of this article's analysis. Employing a quantitative methodology, the research used a structured questionnaire consisting of 14 closed questions. These questionnaires were distributed to military police officers through a messaging platform, resulting in 30 voluntary responses. The suggestions demonstrate that Military Police efforts and interventions play a crucial role in effectively mitigating environmental offenses against wildlife. The implementation of overt policing strategies in critical areas, combined with specific operations to combat wildlife trafficking and illegal hunting, result in a reduction in criminal incidents. It is concluded that the activities of the Military Police play a crucial role in protecting fauna and preserving it. The results obtained highlight the effectiveness of overt policing strategies, specific operations and the reduction of environmental crimes against wildlife. Therefore, it is essential to continue investing in resources, training and partnerships to strengthen the work of the Military Police in protecting the environment and promoting sustainable development.

Keywords or Palabras clave: Environmental Crimes; Fauna; Military police; Preservation.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, e-mail: danilo-nunes558@outlook.com. Telefone: (62) 99233-7217.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Bacharel em Direito e Especialista em Segurança Pública, E-mail: danielbm@pm.go.gov.br. Telefone: (62) 99866-6443.

1 INTRODUÇÃO

O meio ambiente precisa ser protegido, o policiamento ambiental é um exercício de seu poder, dentro do poder da polícia, por ordem e consentimento, A fiscalização policial e as sanções só podem ser realizadas no âmbito previsto na lei. Tendo fundamentos gerais e específicos, o primeiro é comum a todos os tipos de policiamento e o segundo é típico do policiamento ostensivo ambiental (Carvalho, 2016).

A Polícia Militar provou que desempenha um papel vital no combate aos crimes ambientais, na proteção dos recursos naturais e no combate às atividades ilegais que ameaçam os ecossistemas frágeis. O papel da polícia neste contexto não é apenas manter a ordem pública, mas também se estende à proteção do ambiente, prevenindo e combatendo atividades criminosas como a deflorestação ilegal, o tráfico de vida selvagem e a poluição ambiental.

A presença ativa da Polícia Militar na proteção ambiental reflete o seu compromisso com a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras. As suas ações não só fortalecem a aplicação das leis ambientais, mas também aumentam a consciência da importância da conservação em toda a sociedade e ajudam a criar uma atmosfera de responsabilidade coletiva pela proteção da biodiversidade.

Com base nesta realidade, propomos abordar a seguinte questão de pesquisa: Como a atuação da Polícia Militar no monitoramento de crimes ambientais contra a fauna contribui para a proteção ambiental?

A importância do papel da Polícia Militar no crime ambiental reside na sua capacidade de prevenir e reprimir atividades ilegais que têm um impacto negativo nos ecossistemas. Sua ação é crucial para impedir práticas predatórias que causam danos irreversíveis aos animais, às plantas e aos recursos hídricos. Além disso, a presença pública da polícia em áreas protegidas e áreas vulneráveis também serve como elemento dissuasor, evitando que indivíduos e organizações criminosas cometam crimes ambientais (Loureiro, 2021).

A integração entre a polícia militar, os órgãos ambientais e as comunidades é essencial para melhorar a proteção dos recursos naturais. A atuação conjunta permite a troca de informações, a implementação de ações estratégicas e o fortalecimento de ações de educação ambiental, consolidando uma abordagem multidisciplinar e colaborativa para a proteção do meio ambiente. A Polícia Militar desempenha um papel vital na proteção do

meio ambiente e visa coibir atividades ilegais. Dessa forma, a presença e o ativismo da Polícia Militar são importantes para criar um ambiente mais saudável e proteger os recursos naturais para as gerações futuras.

O principal objetivo é obter informações sobre a importância da Polícia Militar no combate aos crimes ambientais relacionados à vida selvagem. Em particular, pretendemos: a) Avaliar a eficácia das leis ambientais da Polícia Militar na salvaguarda do ecossistema e no combate aos crimes ambientais; b) Examinar os resultados das intervenções da Polícia Militar na dissuasão e mitigação de infrações ambientais.

Realizado como uma revisão de literatura, este estudo tem abordagem quantitativa. O artigo está dividido em três partes, começando com uma exploração teórica da importância dos policiais no enfrentamento aos crimes ambientais. A seguir, discute-se a metodologia e, em seguida, apresenta-se e analisa os resultados da pesquisa de campo, que incorporam a utilização de questionários.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 MEIO AMBIENTE

De acordo com o artigo 3º da Lei 6.938/1981, o meio ambiente abrange uma combinação de componentes químicos, físicos e naturais que trabalham em uníssono para criar processos naturais. Pedro Lenza (2011) vê o meio ambiente como a busca do bem comum, que amplifica o potencial de vitalidade.

O autor Aurélio (2018) fornece uma definição de ecossistema que enfatiza sua importância na manutenção da vitalidade humana. É amplamente aceito que a monitorização eficaz e a proteção suficiente do ambiente são essenciais e que devem ser implementadas regulamentações para garantir o seu crescimento e desenvolvimento sustentáveis. Para compreender plenamente o conceito de ecossistema, é importante nos aprofundarmos na definição de Aurélio (2018).

Ao examinar a definição, torna-se evidente que o ambiente abrange uma série de fatores que são essenciais para a existência e o bem-estar dos organismos vivos. Esta compreensão abrangente permite-nos apreciar a diversidade de formas de vida, que vão da flora à fauna, incluindo aquelas que são escassas e em risco de extinção. As condições abrangentes abrangem não apenas os aspectos químicos, biológicos e físicos, mas também se estendem às dimensões sociais, culturais, éticas e econômicas (Aurélio, 2018).

O meio ambiente é protegido pela Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), A implementação desta legislação introduziu sanções, tanto criminais como administrativas, para atividades que causem danos ao meio ambiente. Com isso, a tarefa de preservação e monitoramento do meio ambiente tornou-se mais administrável, pois antes não havia consequências para ações danosas nesse sentido. (Brasil, 1998).

Para garantir o requisito fundamental da existência humana, é imperativo ter um ambiente propício. A estabilidade do ambiente, incluindo a disponibilidade de fontes de água não poluídas e solos férteis, é crucial para o sustento básico da humanidade. Consequentemente, a preservação, reabilitação e rejuvenescimento da qualidade ambiental tornaram-se essenciais para salvaguardar um ambiente de vida superior. (Barbarulo, 2015).

Todos os membros da sociedade uniram-se para assumir um compromisso coletivo que trará vantagens a cada indivíduo. É crucial realçar que, em vez de causar danos à natureza, os humanos estão simplesmente a retirar-lhe o que é essencial para a sua sobrevivência e para o cumprimento de requisitos básicos, mesmo antes de surgirem preocupações com a poluição e o declínio ambiental. (Lopes, 2009).

A importância do meio ambiente é reconhecida como um aspecto fundamental dos direitos civis. Ao longo da história, a Constituição tem destacado consistentemente a importância da preservação ambiental em escala global. A par da responsabilidade de cada indivíduo em salvaguardar o ambiente, há uma ênfase constante no direito de acesso e manutenção de ecossistemas saudáveis (Sousa; Cavalcante, 2016).

A importância de ter uma legislação robusta em vigor para salvaguardar todos os aspectos relativos ao meio ambiente torna-se evidente, destacando o papel essencial desempenhado por instituições como a Polícia Militar no cumprimento desta missão crucial.

2.2 ATUAÇÃO DA POLÍCIA NO COMBATE AOS CRIMES CONTRA A FAUNA

As operações policiais contra o crime contra a fauna são extremamente importantes para proteger a biodiversidade e manter o equilíbrio dos ecossistemas. Os crimes contra a vida silvestre incluem uma série de atividades ilegais, tais como caça, pesca e comercialização de animais silvestres, tráfico de espécies protegidas, destruição de habitats naturais, etc. Para combater essas práticas, as forças policiais muitas vezes contam com unidades especializadas, como delegacias de polícia ambiental e unidades de policiamento ambiental dedicadas. Essas equipes recebem treinamento especializado para responder às fiscalizações e investigações de crimes ambientais (Loureiro, 2021).

A polícia ambiental provou ser muito procurada na resposta a incidentes, especialmente crimes contra a vida selvagem. A grande maioria dos incidentes envolve indivíduos que capturam animais selvagens para posterior comercialização, ou seja, contrabando. Em suma, estes incidentes baseiam-se em denúncias anônimas das próprias pessoas e quase sempre resultam na apreensão de animais e em sanções a indivíduos (Machado, 2014).

Embora exista legislação para salvaguardar a fauna, com o termo "fauna" abrangendo uma vasta gama de espécies, o foco da aplicação da lei ambiental gira principalmente em torno dos animais selvagens, apesar da presença inegável de violência contra os animais domésticos nos tempos modernos. (Filho, 2009).

Para prosseguir com a investigação é fundamental delinear a noção de fauna. Segundo Filho (2009), a fauna refere-se a um conjunto de animais encontrados em uma área geográfica específica. Por exemplo, pode-se referir à fauna do Brasil, da Amazônia ou do Rio Grande do Sul. É importante notar que o conceito de fauna está sempre associado a um determinado espaço. A fauna pode ainda ser classificada em três categorias: fauna selvagem, fauna doméstica e fauna domesticada.

Contudo, é crucial direcionar maior atenção e recursos para combater os crimes contra a fauna, conforme descritos na Lei 9.605/98, conhecida como Lei de Crimes Ambientais. Essa legislação aborda uma ampla gama de delitos que ameaçam a vida selvagem, incluindo a caça ilegal, o tráfico de animais silvestres e a destruição de habitats. Ao fortalecer a aplicação da lei nesse âmbito, não apenas protegemos as espécies vulneráveis, mas também preservamos a integridade dos ecossistemas, promovendo um ambiente equilibrado para todas as formas de vida (Brasil, 1998).

A proteção da fauna é essencial para a manutenção do equilíbrio ecológico e para a preservação da biodiversidade. As leis visam coibir práticas prejudiciais, como a caça ilegal, o tráfico de animais silvestres e a destruição de habitats, garantindo que aqueles que desrespeitam essas normas sejam responsabilizados. Contudo, é necessário fortalecer os mecanismos de fiscalização, promover a conscientização da sociedade e incentivar a participação da comunidade na proteção dos animais e de seus habitats (Brasil, 1998).

Neste contexto, a fauna pode ser considerada como tendo um significado geral correspondente a qualquer animal da natureza, que pode ser classificado como selvagem ou doméstico. Porém, independentemente da sua classificação, os animais têm direitos garantidos por lei. É o que acontece quando se trata de violência contra animais (Loureiro, 2021).

Como resultado, quase todos os incidentes registrados nas delegacias ambientais foram denúncias envolvendo animais silvestres, a grande maioria dos quais eram relatos de aves aprisionadas. Portanto, através da análise global das ações policiais, verifica-se que a polícia respondeu rapidamente às denúncias e as suas práticas foram bem-sucedidas, concluindo com sucesso as ações de proteção do ambiente que cumpriram os requisitos legais (Loureiro, 2021).

Além disso, a polícia trabalha frequentemente com outras agências, tais como ministérios públicos, agências de proteção ambiental e organizações não governamentais, para intensificar os esforços de combate aos crimes contra a vida silvestre. Deve-se enfatizar que o combate eficaz a esses crimes requer não apenas ações repressivas, mas também políticas públicas eficazes de proteção ambiental, educação ambiental e conscientização de toda a sociedade sobre a importância da proteção da flora e da fauna para o equilíbrio ambiental.

2.3 POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL DE GOIÁS

A Polícia Ambiental do Estado de Goiás é o órgão responsável pelo monitoramento e proteção do meio ambiente do Estado de Goiás. As suas responsabilidades incluem a implementação da legislação ambiental, o combate ao crime ambiental, a proteção de áreas naturais e outras atividades relacionadas com a conservação ambiental. O órgão trabalha com outras agências governamentais e não governamentais para garantir a proteção dos recursos naturais e promover o desenvolvimento sustentável na região.

A preservação das gerações presentes e futuras exige um esforço colaborativo que envolva o sector público, o sector privado e a sociedade como um todo. Neste quadro, o objetivo do policiamento ambiental é defender a harmonia social em relação ao ambiente. Para atingir esse objetivo, iniciativas como educação ambiental e fiscalizações têm sido implementadas (Carvalho, 2016).

Em seu estudo, Philippi Jr, Freitas e Spinola (2016) destacam a priorização da manutenção da ordem pública em detrimento do monitoramento ambiental como dever primário da aplicação da lei. Embora reconhecendo a importância do monitoramento do meio ambiente, os autores afirmam que não é uma responsabilidade típica da polícia, cujo foco principal reside no policiamento protetor para cumprir as suas obrigações constitucionais.

A Polícia Militar do Estado de Goiás, que funciona sob a Secretaria de Segurança Pública, desempenha um papel vital na manutenção da ordem pública no estado. O seu

objetivo principal é garantir a segurança pública e proporcionar proteção, conforme previsto nos artigos 1.º e 144.º da Constituição Federal (1988).

Para manter a ordem pública, é implementado o policiamento ostensivo, respaldado pela legislação federal que institui a Polícia Judiciária Militar. Esta entidade fornece orientações e instruções à guarda municipal, mediante solicitação dos municípios, garantindo que a polícia, o poder público e as instituições do Estado cumpram as respectivas funções, nomeadamente em áreas como finanças, saúde, uso e ocupação de terras e propriedades. Além disso, a polícia ambiental é responsável pela segurança de nascentes, parques ecológicos, rodovias nacionais e pela manutenção do controle de trânsito de acordo com a Constituição (Brasil, 1988).

Dessa forma, o objetivo principal da polícia ambiental é defender a ordem pública em questões ao meio ambiente. Eles realizam essas operações que priorizam tanto a educação quanto a fiscalização ambiental. O objetivo da educação ambiental é cultivar a consciência entre os indivíduos e cultivar práticas que se alinhem com a proteção dos ecossistemas. Isto requer dedicar recursos e esforços a iniciativas ecológicas, traduzindo assim a educação ambiental em ações concretas (Pelicioni, 1998).

Considerando isto, a polícia ambiental toma uma série de medidas que incluem a realização de inspeções, a proibição de atividades que prejudicam o ecossistema, a organização de iniciativas educativas na área do meio ambiente e a oferta de apoio na apresentação de relatórios ao sistema de justiça ambiental para iniciar procedimentos de compensação e fazer cumprir coletivamente penalidades.

Através da implementação da Política Ambiental Nacional, a abordagem de conservação funciona para estabelecer circunstâncias que obrigam as comunidades a envolverem-se ativamente na salvaguarda e preservação dos ecossistemas. Esta iniciativa procura aumentar a consciência coletiva em relação às ações individuais e promover um compromisso equitativo para manter o delicado equilíbrio da natureza..

3 METODOLOGIA

A importância da Polícia Militar no combate aos crimes ambientais é o foco central deste artigo. A utilização de abordagens bibliográficas e quantitativas, incluindo pesquisas preliminares, desempenha um papel crucial na coleta de informações, na descrição e no desenvolvimento do tema e, em última análise, na definição dos objetivos da pesquisa e na descoberta de novas áreas de exploração.

Durante o período que vai de novembro de 2023 a março de 2024, um extenso exame de artigos científicos e doutrinas relacionados à unidade policial online em várias plataformas online será realizado como parte do estudo.

Para agilizar o processo de coleta de dados, a ferramenta preferencial para coleta de dados será a plataforma digital *Google Forms* (Apêndice A). Ao implementar esta plataforma aos policiais militares, será possível analisar as respostas recebidas e gerar relatórios completos com base nos dados recolhidos.

Contudo Gil (2006), afirma que a pesquisa quantitativa se baseia na indicação de que todos os aspectos podem ser avaliados e quantificados, possibilitando a redução de insights valiosos por meio de análise numérica e categorização. Uma vez concluída a coleta de dados, as respostas serão colhidas, organizadas e verificadas utilizando uma série de estatísticas técnicas, incluindo frequências absolutas, frequências relativas e percentagens. Para aumentar a clareza e a organização, os resultados serão representados visualmente através de tabelas e gráficos esteticamente definidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS POLICIAIS E DA AMOSTRA DA PESQUISA

Durante o período de janeiro a fevereiro de 2024, um grupo de 30 entrevistados se envolveu no projeto de pesquisa. Para coletar os dados, cada participante respondeu um questionário personalizado elaborado no *Google Forms*. Os questionários foram então distribuídos a cada participante individualmente por meio de um link compartilhado por meio de um aplicativo de mensagens instantâneas. Notavelmente, todos os 30 participantes preencheram e enviaram com sucesso os seus respectivos questionários.

Tabela 1 – Caracterização da amostra

Variáveis	n	%
Graduação		
Soldado	30	100
Cabo	0	0
1º Sargento a 3º Sargento	0	0
Subtenente	0	0
Oficial	0	0
2º Tenente a 1º Tenente	0	0
Capitão/ Major	0	0
Tenente Coronel/ Coronel	0	0
Sexo		

Masculino	26	86,7
Feminino	4	13,3
<hr/>		
Tempo de serviço na PM		
01-05 anos	30	100
06-10 anos	0	0
11-20 anos	0	0
21-30 anos	0	0
<hr/>		
Tipo de Atividade na PMGO		
Administrativa	5	16,7
Operacional	25	83,3

Legenda: n = quantidade da amostra.

Fonte: Elaborada pelo Autor (2024).

A composição da amostra, conforme apresentada na Tabela 1, revela que ela foi constituída integralmente por militares, totalizando 30 indivíduos. Em termos de distribuição por gênero, a maioria, representando 86,7%, era do sexo masculino. Em relação ao tempo de serviço na Polícia Militar, todos os entrevistados cumpriram período de serviço que variou de 1 a 5 anos. Quanto à natureza do seu trabalho na PMGO, a maioria, ou seja, 83,3%, estava envolvida em atividades operacionais, enquanto os restantes 16,7% estavam envolvidos em tarefas administrativas. Essa caracterização da amostra reflete uma predominância de soldados masculinos com menos de 5 anos de serviço, principalmente envolvidos em atividades operacionais.

4.2 ANÁLISE DO IMPACTO DAS AÇÕES DA POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO E REDUÇÃO DOS CRIMES AMBIENTAIS CONTRA A FAUNA.

Tabela 2 - A Polícia Militar desempenha um papel importante na prevenção de crimes ambientais contra a fauna.

Classificação	n	%
Sim	30	100
Não	0	0
Total	30	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Com base nos dados apresentados na Tabela 2, fica evidente que todos os participantes das entrevistas têm a convicção unânime de que a Polícia Militar tem um papel crucial a desempenhar na prevenção de crimes ambientais contra a vida selvagem. Este consenso entre a população da amostra demonstra claramente o seu entendimento comum sobre a importância do envolvimento da Polícia Militar na salvaguarda da vida selvagem e na

dissuasão de atos criminosos que representam uma ameaça para ela. O acordo unânime sublinha a essencialidade do envolvimento da polícia na preservação do ambiente e na proteção da biodiversidade.

A prevenção de crimes contra a fauna é fundamental para proteger a biodiversidade e os ecossistemas naturais, contribuindo para o equilíbrio ambiental e o bem-estar de todas as formas de vida. Além de preservar espécies ameaçadas de extinção, essa ação também ajuda a manter a saúde dos ecossistemas, fornecendo serviços ecossistêmicos essenciais, como regulação do clima, polinização e purificação da água. Essa proteção não apenas beneficia a natureza, mas também a sociedade como um todo, promovendo um ambiente saudável e sustentável para as gerações presentes e futuras. (Carvalho,2016)

Tabela 3 - Os policiais militares recebem treinamento específico para lidar com crimes ambientais contra a fauna.

Classificação	n	%
Sim	30	100
Não	0	0
Total	30	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

De acordo com a Tabela 3, todos os policiais militares entrevistados (100%) receberam treinamento específico para lidar com crimes ambientais contra a fauna. Isso sugere um compromisso da instituição em capacitar seus membros para lidar de forma eficaz com esse tipo de crime, fortalecendo assim a capacidade de resposta da polícia na proteção da vida selvagem e na preservação dos recursos naturais. Esse treinamento especializado é crucial para garantir que os policiais estejam adequadamente preparados para identificar, investigar e combater crimes ambientais, contribuindo para a conservação do meio ambiente e a aplicação da legislação ambiental.

O treinamento específico para lidar com crimes contra a fauna é essencial para capacitar os policiais a reconhecerem e investigarem adequadamente esses delitos, garantindo uma resposta eficaz diante de ameaças ao meio ambiente. Essa formação abrange desde a identificação de espécies ameaçadas até as técnicas de investigação de crimes ambientais, proporcionando aos policiais as habilidades necessárias para proteger a biodiversidade e garantir a aplicação da legislação ambiental. Essa preparação especializada não só fortalece a atuação da polícia na preservação dos recursos naturais, mas também promove uma abordagem proativa na prevenção e combate aos danos ambientais. (Carvalho,2016)

Tabela 4 - A Polícia Militar colabora com outras agências e organizações ambientais para combater crimes contra a fauna.

Classificação	n	%
Sim	30	100
Não	0	0
Total	30	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Conforme a Tabela 4, todos os entrevistados 100% concordam que a Polícia Militar colabora com outras agências e organizações ambientais para combater crimes contra a fauna. Isso destaca uma forte parceria entre a polícia e outras entidades envolvidas na proteção do meio ambiente, demonstrando uma abordagem colaborativa na prevenção e combate a delitos ambientais. Essa cooperação é crucial para garantir uma resposta integrada e eficaz diante de ameaças à fauna, promovendo assim a preservação da biodiversidade e o cumprimento da legislação ambiental.

Diversas agências e organizações desempenham papéis fundamentais na defesa do meio ambiente, colaborando com a implementação de políticas de conservação e na proteção da biodiversidade. Entre elas, destacam-se órgãos governamentais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e as Secretarias de Meio Ambiente estaduais e municipais, responsáveis pela fiscalização e aplicação da legislação ambiental. Além disso, ONGs ambientalistas, instituições de pesquisa e universidades também contribuem significativamente por meio de projetos de educação ambiental, monitoramento de ecossistemas e advocacia em prol da conservação. Essa colaboração entre diversas entidades é essencial para promover uma gestão integrada e eficaz dos recursos naturais, visando garantir um ambiente saudável e sustentável para as gerações presentes e futuras. (Philippi Júnior; Freitas; Spínola,2016)

Tabela 5 - A presença ostensiva da Polícia Militar em áreas de conservação ajuda a dissuadir atividades ilegais contra a fauna.

Classificação	n	%
Sim	30	100
Não	0	0
Total	30	100

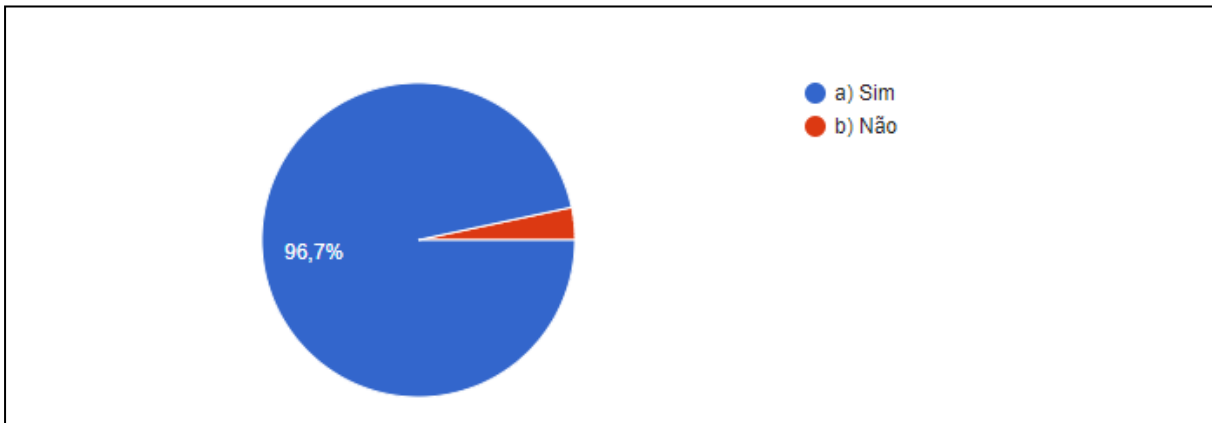
Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Segundo a Tabela 5, todos os entrevistados 100% concordam que a presença ostensiva da Polícia Militar em áreas de conservação ajuda a dissuadir atividades ilegais contra a fauna. Isso destaca a percepção unânime da amostra sobre o papel crucial da presença policial na

prevenção de atividades criminosas que afetam a vida selvagem em áreas protegidas. Essa unanimidade ressalta a importância da vigilância policial para garantir a integridade dos ecossistemas naturais e a conservação da biodiversidade, demonstrando o papel essencial da polícia na proteção do meio ambiente.

As áreas de conservação ambiental desempenham um papel vital na proteção da biodiversidade e na preservação dos ecossistemas naturais, sendo essenciais para garantir a sobrevivência de diversas espécies e manter o equilíbrio ambiental. A fiscalização ostensiva nessas áreas é fundamental para combater atividades ilegais, como caça e extração ilegal de recursos naturais, contribuindo para evitar danos irreparáveis ao meio ambiente e garantir a sustentabilidade dessas áreas protegidas. Essa fiscalização ativa promove a conscientização sobre a importância da conservação e ajuda a garantir a eficácia das medidas de proteção ambiental, assegurando assim a preservação desses preciosos habitats naturais para as gerações futuras. (Pelicioni,1998)

Gráfico 1: Os policiais militares têm autoridade para aplicar deliberações imediatas a indivíduos envolvidos em crimes contra a fauna.



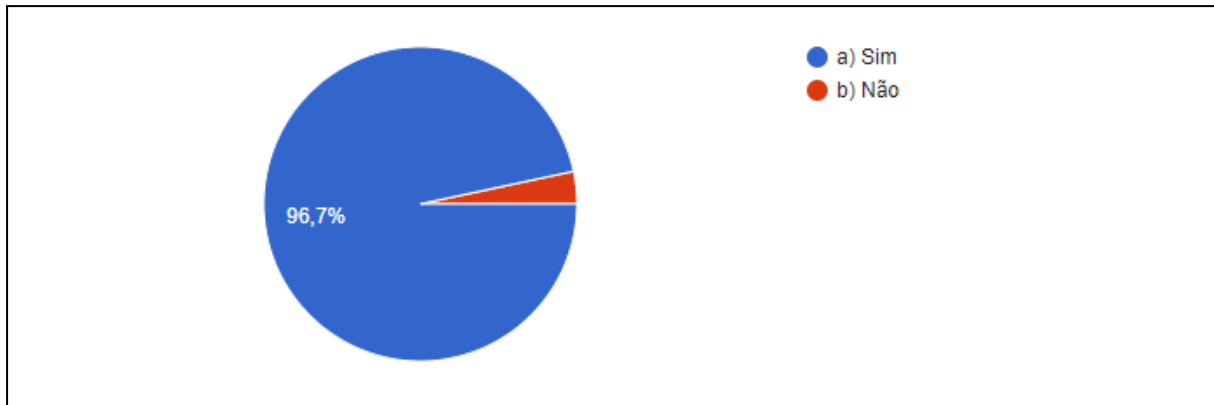
Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

O gráfico 1 representa as respostas dos entrevistados sobre se os policiais militares têm autoridade para aplicar deliberações imediatas a indivíduos envolvidos em crimes contra a fauna. A maioria esmagadora, 96,7%, concorda que os policiais têm essa autoridade, enquanto apenas 3,3% discordam. Essa distribuição de respostas reflete uma forte percepção da amostra sobre a capacidade e autoridade da polícia em lidar imediatamente com crimes ambientais contra a fauna. Isso sugere um apoio significativo à eficácia das medidas policiais na proteção da vida selvagem e na aplicação da legislação ambiental.

As deliberações aplicadas pela Polícia Militar em casos de crimes ambientais são fundamentais para garantir a aplicação da legislação ambiental e para proteger os recursos

naturais. Essas medidas podem variar desde advertências e multas até detenções e apreensões, proporcionando uma resposta eficaz diante de atividades prejudiciais ao meio ambiente. Ao aplicar tais deliberações, a polícia reforça a importância do cumprimento das leis ambientais e promove a conscientização sobre a proteção da natureza. Isso contribui para deter a prática de crimes ambientais e preservar a biodiversidade para as gerações futuras. (Carvalho,2016)

Gráfico 2: A Polícia Militar utiliza tecnologia e inteligência para monitorar e combater crimes contra a fauna.



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

O gráfico 2 representa as respostas dos entrevistados sobre a utilização feita pela Polícia Militar de tecnologia e inteligência para monitorar e combater crimes contra a fauna. A grande maioria, 96,7%, concorda que a polícia utiliza esses recursos, enquanto apenas 3,3% discordam. Essa distribuição de respostas destaca a percepção predominante da amostra sobre a utilização de tecnologia e inteligência pela polícia na prevenção e combate a crimes ambientais contra a fauna. Isso sugere um reconhecimento significativo da importância desses recursos na proteção da vida selvagem e na aplicação eficaz da legislação ambiental.

A tecnologia e a inteligência desempenham papéis essenciais no monitoramento ambiental realizado pela Polícia Militar, permitindo uma vigilância mais eficiente e abrangente das áreas de conservação e habitats da fauna. Por meio de sistemas de monitoramento por câmeras, drones e softwares de análise de dados, a polícia pode identificar atividades suspeitas, mapear áreas de risco e investigar casos de crimes ambientais com maior precisão. Além disso, o uso de ferramentas de inteligência artificial e análise de big data possibilita a detecção de padrões e tendências, facilitando a tomada de decisões estratégicas e a alocação de recursos para proteger o meio ambiente de maneira mais eficaz. Essa integração de tecnologia e inteligência fortalece a capacidade da polícia de enfrentar desafios ambientais e contribui para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais. (Philippi Júnior; Freitas; Spínola,2016)

Tabela 6 - A Polícia Militar realiza patrulhas regulares em áreas vulneráveis para detectar e impedir atividades ilegais contra a fauna.

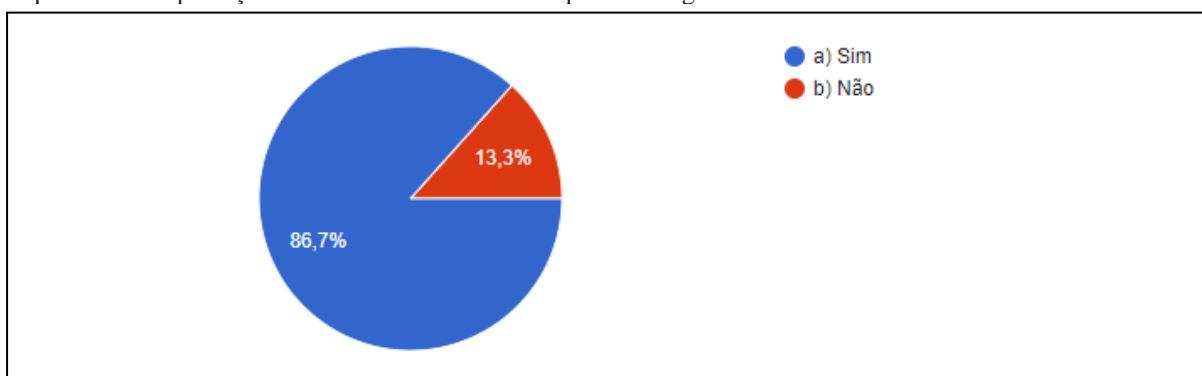
Classificação	n	%
Sim	30	100
Não	0	0
Total	30	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

De acordo com a Tabela 6, todos os entrevistados 100% concordam que a Polícia Militar realiza patrulhas regulares em áreas vulneráveis para detectar e impedir atividades ilegais contra a fauna. Essa unanimidade de respostas reflete o compromisso da polícia em proteger a vida selvagem e preservar os ecossistemas naturais, por meio de uma presença ativa e vigilante em áreas consideradas vulneráveis. Essas patrulhas regulares são essenciais para dissuadir a prática de crimes ambientais, garantindo a segurança da fauna e promovendo a aplicação eficaz da legislação ambiental.

A Polícia Militar utiliza diversas estratégias para detectar ações ilegais contra a fauna, incluindo patrulhas terrestres e fluviais em áreas vulneráveis, monitoramento por câmeras de vigilância e drones, além de denúncias da comunidade e análise de informações de inteligência. Essas abordagens combinadas permitem uma vigilância abrangente e eficaz, possibilitando a identificação precoce de atividades criminosas, a coleta de evidências e a intervenção rápida para prevenir danos ao meio ambiente e garantir a aplicação da lei ambiental. Essa variedade de métodos reflete o compromisso da polícia em proteger a fauna e combater a exploração ilegal dos recursos naturais. (Lopes,2009)

Gráfico 4: A Polícia Militar realiza campanhas de conscientização para educar a população sobre a importância da proteção da fauna e sobre as consequências legais dos crimes ambientais.

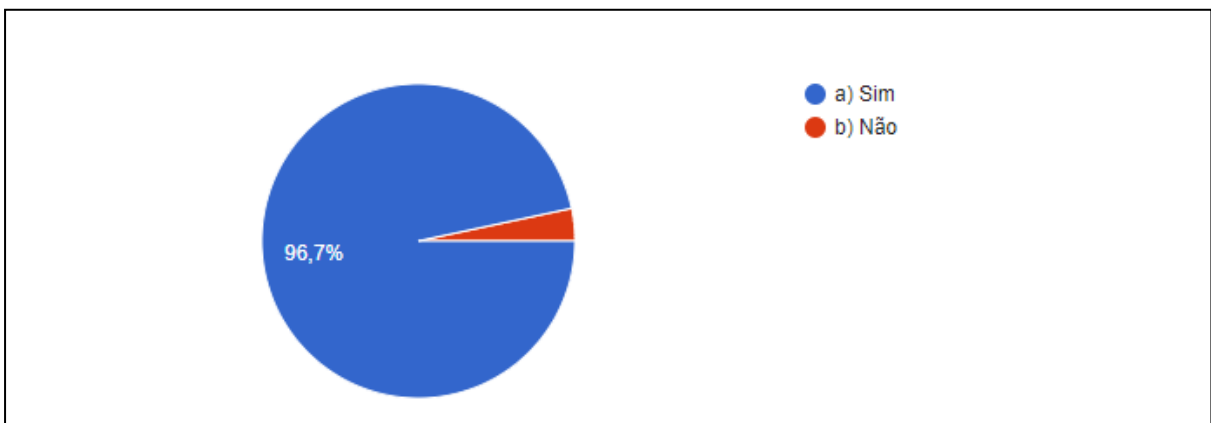


Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Conforme o gráfico 4, as respostas dos entrevistados sobre a Polícia Militar realizar campanhas de conscientização para educar a população sobre a importância da proteção da fauna e sobre as consequências legais dos crimes ambientais. A maioria significativa, 86,7%, afirma que a polícia realiza essas campanhas, enquanto 13,3% dos entrevistados indicam que não. Essa distribuição de respostas destaca o esforço da polícia em promover a conscientização pública sobre questões ambientais e em informar a comunidade sobre os impactos negativos dos crimes contra a fauna. Essas campanhas educativas desempenham um papel importante na promoção da responsabilidade ambiental e na prevenção de atividades ilegais que ameaçam a vida selvagem.

As campanhas realizadas pela Polícia Militar sobre a proteção da fauna visam sensibilizar a população para a importância da preservação dos ecossistemas naturais e da diversidade biológica. Através de ações educativas, como palestras, distribuição de materiais informativos e atividades de conscientização em escolas e comunidades locais, a polícia busca informar sobre as consequências dos crimes ambientais e promover comportamentos responsáveis em relação à natureza. Essas iniciativas não apenas contribuem para reduzir as ameaças à fauna, mas também fortalecem o vínculo entre a comunidade e as autoridades na proteção do meio ambiente. (Loureiro,2021)

Gráfico 5: A atuação eficaz da Polícia Militar contribui para a preservação da biodiversidade e da fauna silvestre.



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

O gráfico mostra as respostas dos entrevistados sobre se a atuação eficaz da Polícia Militar contribui para a preservação da biodiversidade e da fauna silvestre. A grande maioria, 96,7%, concorda que a atuação da polícia tem esse impacto positivo, enquanto apenas 3,3% discordam. Essa distribuição de respostas reflete a percepção predominante da amostra sobre o papel significativo da polícia na proteção da biodiversidade e na conservação da fauna

silvestre. Isso sugere um reconhecimento generalizado da importância da atuação da polícia na preservação dos recursos naturais e na promoção de um ambiente mais saudável e sustentável.

A contribuição da Polícia Militar para a preservação da biodiversidade e da fauna é significativa, pois suas ações ajudam a coibir atividades ilegais que ameaçam os ecossistemas naturais. Com patrulhas regulares, fiscalização eficiente e campanhas de conscientização, a polícia desempenha um papel importante na proteção de habitats naturais e na conservação de espécies silvestres. Essa atuação não apenas reduz danos ambientais, mas também promove a conscientização sobre a importância da biodiversidade, incentivando a cooperação da comunidade na preservação dos recursos naturais. (Carvalho,2016)

Conforme constatado, observa-se os seguintes dados apresentados e de como refletem a importância da atuação da Polícia Militar na proteção da biodiversidade e da fauna silvestre. A unanimidade das respostas indica um reconhecimento generalizado da eficácia das ações policiais na prevenção de crimes ambientais e na promoção de um ambiente mais saudável e sustentável. Através de patrulhas regulares, fiscalização ostensiva, uso de tecnologia e campanhas de conscientização, a polícia demonstra um compromisso sólido com a preservação dos ecossistemas naturais e a conservação da vida selvagem. Essas iniciativas não só contribuem para a proteção do meio ambiente, mas também fortalecem o vínculo entre a comunidade e as autoridades na busca por um futuro mais sustentável.

5 CONCLUSÃO

A importância da atuação da Polícia Militar na proteção da fauna contra os crimes ambientais. Através de estratégias de policiamento ostensivo, operações específicas e colaboração com órgãos ambientais e a comunidade, a Polícia Militar desempenha um papel crucial na preservação dos ecossistemas e da biodiversidade.

No entanto, é necessário reconhecer que a prevenção e combate aos crimes ambientais exigem não apenas a aplicação da lei, mas também esforços contínuos de educação ambiental e conscientização pública.

O principal objetivo do estudo foi compreender a importância da atuação da Polícia Militar no combate aos crimes ambientais relacionados à fauna, com foco na avaliação da eficácia das leis ambientais e das intervenções da Polícia Militar de Goiás na segurança do ecossistema e na mitigação desses crimes.

Ao longo da pesquisa, observamos que a Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) desempenha um papel fundamental na proteção da fauna e na preservação do meio ambiente. A atuação da PMGO, aliada às leis ambientais vigentes, tem sido eficaz na dissuasão e repressão de atividades criminosas que ameaçam a fauna silvestre, como o tráfico de animais, a caça ilegal e o desmatamento ilegal.

Diante disso, as instruções do estudo enfatizam a importância contínua do papel da PMGO no combate aos crimes ambientais contra a fauna, bem como a necessidade de aprimoramento das estratégias e medidas adotadas para enfrentar esse problema. Como as intervenções do PMGO contribuíram significativamente para a proteção do ecossistema e para a promoção da conservação da biodiversidade em Goiás, mas é essencial que esses esforços sejam constantemente avaliados e aprimorados para garantir resultados eficazes e sustentáveis a longo prazo.

Assim, as conclusões do estudo reforçam a importância da Polícia Militar no combate aos crimes ambientais contra a fauna, destacando a necessidade de uma abordagem integrada e colaborativa entre as autoridades ambientais, as comunidades locais e outras partes interessadas para proteger e preservar a vida selvagem em Goiás e em todo o Brasil. Portanto, é fundamental investir em programas educacionais e promover a participação da sociedade civil para alcançar resultados sustentáveis. Em suma, a atuação proativa e colaborativa da Polícia Militar é essencial para garantir um ambiente saudável e sustentável para as presentes e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

AURELIO, Buarque. **Dicionário de Português**. Recife: Editora Moderna, 2018.

BARBARULO, Ângela. **Direito Ambiental do Global ao Local**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 2015.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Emendas Constitucionais de Revisão. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em: 15 jan. 2024.

CARVALHO, Moisés Brandão. **Manual Policial Ambiental: Procedimentos nos Crimes Contra a Fauna**. Salvador: Clube de Autores, 2016.

FILHO, Nogueira. **Direito Ambiental**. Curitiba: Editora IESDE, 2009.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2011.

LOPES, Márcio Mauro Dias. **Gerenciamento Ambiental como Instrumento Preventivo de Defesa do Meio Ambiente**. São Paulo: MAGEART, 2009.

LOUREIRO, Frederico Bernardo. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2021.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental, Qualidade de Vida e Sustentabilidade**. São Paulo: Revista Saúde e Sociedade, 1998.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FREITAS, Vladimir; SPÍNOLA, Ana Luiza. **Direito Ambiental e Sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2016.

SOUSA, Kelly; CAVALCANTE, Márcia. **Atuação da Polícia Militar Ambiental de Goiás na Repressão de Crimes**. São Paulo: Ed. RBMC, 2016.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

1) Qual é a sua graduação?

- a) Soldado
- b) Cabo
- c) 1º Sargento a 3º Sargento
- d) Subtenente
- e) Aspirante a Oficial
- f) 1º Tenente/2º Tenente
- g) Capitão/ Major
- h) Tenente Coronel/ Coronel

2) Sexo

- a) Masculino
- b) Feminino

3) Há quanto tempo você está na polícia militar?

- a) 1 a 5 anos
- b) 6 a 10 anos
- c) 11 a 20 anos
- d) 21 a 30 anos

4) Qual seu ambiente de Trabalho?

- a) Administrativo
- b) Operacional

5) A Polícia Militar desempenha um papel importante na prevenção de crimes ambientais contra a fauna?

- a) Sim
- b) Não

6) Os policiais militares recebem treinamento específico para lidar com crimes ambientais contra a fauna?

- a) Sim
- b) Não

7) A Polícia Militar colabora com outras agências e organizações ambientais para combater crimes contra a fauna?

- a) Sim
- b) Não

8) A presença ostensiva da Polícia Militar em áreas de conservação ajuda a dissuadir atividades ilegais contra a fauna?

- a) Sim
- b) Não

9) Os policiais militares têm autoridade para aplicar deliberações imediatas a indivíduos envolvidos em crimes contra a fauna?

- a) Sim
- b) Não

10) A Polícia Militar utiliza tecnologia e inteligência para monitorar e combater crimes contra a fauna?

- a) Sim
- b) Não

11) A Polícia Militar realiza patrulhas regulares em áreas vulneráveis para detectar e impedir atividades ilegais contra a fauna?

- a) Sim
- b) Não

12) A Polícia Militar realiza campanhas de conscientização para educar a população sobre a importância da proteção da fauna e sobre as consequências legais dos crimes ambientais?

- a) Sim
- b) Não

13) A atuação eficaz da Polícia Militar contribui para a preservação da biodiversidade e da fauna silvestre?

- a) Sim
- b) Não

14. Você gostaria de fornecer sugestões ou comentários adicionais sobre a melhor forma de abordar e prevenir os crimes ambientais contra a fauna?